

D.R. DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aviso n.º 386/2006 de 26 de Abril de 2006

1 - Toma-se público que, por despacho do Director Regional de Organização e Administração Pública de 03 de Abril de 2006, se encontra aberto pelo prazo de dez dias úteis a contar da publicação do presente aviso no Jornal Oficial, concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar de **técnico superior de 1ª classe, (área de sociologia)**, da carreira técnica superior, do quadro do pessoal, da Direcção Regional de Organização e Administração Pública, da Vice-Presidência do Governo, em Angra do Heroísmo, nos termos do Decreto-Lei nº 404-A/98, de 18 de Dezembro, do Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho, e do Despacho Normativo nº 61/2002, de 19 de Dezembro.

De acordo com o Despacho Conjunto de Suas Excelências a Secretária Regional dos Assuntos Sociais e Secretário Regional Adjunto da Presidência, publicado no Jornal Oficial, Nº 51, II Série, de 19 de Dezembro de 2000, abaixo se transcreve a seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

2 - O prazo de validade deste concurso termina com o provimento do lugar.

3 - Compete genericamente ao cargo posto a concurso conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos e emitindo pareceres, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão que interessem à Administração.

4 - O vencimento é o correspondente ao escalão 1 da categoria, índice 460, do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da função pública (Decreto-Lei nº 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar), salvo se resultar um impulso salarial inferior a 10 pontos, o local de trabalho é em Angra do Heroísmo e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

5 - Podem candidatar-se ao concurso todos os indivíduos vinculados à função pública que reúnam os requisitos gerais e especiais para provimento em funções públicas.

5.1-São requisitos gerais de admissão os previstos no artigo 29º do decreto-lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

5.2- São requisitos especiais ser técnico superior de 2ª classe com, pelo menos três anos na respectiva categoria, classificados de Bom.

6 - Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser feitos em papel adequado e deles constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, estado, profissão, número e validade do bilhete de identidade, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, cursos de pós-graduação, etc);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria e na função pública;
- e) Declaração sob compromisso de honra, de possuir os requisitos gerais de provimento em funções públicas.

- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

7 - Conjuntamente com o requerimento de admissão a concurso os candidatos deverão formalizar a sua candidatura apresentando documento comprovativo das habilitações literárias, curriculum vitae detalhado, declaração dos serviços a que se acham vinculados da qual conste a natureza do vínculo, categoria funcional que detém e respectiva antiguidade, bem como a classificação de serviço.

Os candidatos que sejam funcionários da Direcção Regional de Organização e Administração Pública são dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

8 - As candidaturas poderão ser entregues directamente na Secção de Apoio Administrativo, Palácio dos Capitães Gerais, 9700-901 Angra do Heroísmo, ou remetidas pelo correio com aviso de recepção, dirigidas ao Presidente do Júri do Concurso.

9 - O método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, nos termos do artº 18º do Despacho Normativo nº 61/2002, de 19 de Dezembro.

10.1 - Na avaliação curricular são considerados e ponderados obrigatoriamente os seguintes factores:

- a) Experiência profissional nas correspondentes áreas funcionais;
- b) Habilitações literárias;
- c) Formação profissional;
- d) Classificação de serviço.

10.2 – A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nos factores de ponderação.

11 - Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 – A relação de candidatos e lista de classificação final, serão afixadas no placard do átrio do Palácio dos Capitães Gerais, Angra do Heroísmo.

O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Dr^a Ana Margarida Teixeira Laranjeira, Directora de Serviços de Modernização e Gestão Financeira.

Vogais:

Efectivos: Dr^a. Maria de Fátima Godinho Ramos Pimentel, Chefe de Divisão de Estudos e Análise Financeira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Dr^a Cristina Margarida Alves de Sousa, Chefe de Divisão do Centro de Formação da Administração Pública dos Açores.

Voagais

Suplentes: Dr. António Manuel Goulart Lemos de Menezes, assessor principal;

Dr. Luíz Manuel Pires Nogueira da Costa, assessor principal.

03 de Abril de 2006. - A Presidente Do Júri, Ana Margarida Teixeira Laranjeira.